



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23123.001426/2021-22

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão, com distribuição do sinal por web (HDTV) e também em canal aberto de televisão para todo o território nacional do Canal do Ministério da Educação e da TV INES (interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio), ininterruptamente, que serão prestados nas condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Projeto Básico, para suprir as necessidades do Ministério da Educação - MEC, com fundamento legal na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com o art. 8º, § 2º, inciso II da Lei nº 11.652/2008.

1.2. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado mediante Termo Aditivo, observado o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8666/93.

1.3. Trata-se de serviços continuados de radiodifusão, comunicação e conexos, conforme detalhados neste Projeto Básico e na Proposta Comercial.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Ministério da Educação – MEC é o principal formulador das políticas públicas na área de educação, responsável pela implementação de programas e ações diretas e indiretas desde a educação infantil e básica, em que atua junto a estados e municípios na formação e capacitação de educadores, até a educação superior, pós-graduação e na formação e capacitação técnica de profissionais.

2.2. Além de 6 secretarias finalísticas, o MEC é composto, de acordo com o [Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019](#), pelas seguintes instituições vinculadas:

- Centros Federais de Educação Tecnológica;
- Colégio Pedro II;
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre;
- Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ;
- Fundações Universidades;
- Fundações Universidades Federais;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA;
- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- Institutos Federais;
- Universidades Federais;
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e,
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

2.3. As políticas e programas desenvolvidos pelo MEC e suas vinculadas têm um caráter essencialmente educacional e social, além da finalidade de esclarecer e prestar contas à sociedade brasileira do trabalho desenvolvido por esta pasta, além disso, consoante com suas atribuições essenciais o MEC presta apoio ao Instituto Nacional de Surdos - INES, que é reconhecido, na estrutura do MEC, como centro de referência nacional na área da surdez, exercendo os papéis de subsidiar a formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo.

2.4. Além da política nacional de educação, o MEC tem como competências a educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior, a educação profissional e técnica, avaliação, informação e pesquisa educacional, a pesquisa e extensão universitária, magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

2.5. Ademais, o MEC possui competências específicas e sensíveis como a educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação de surdos e para o público da educação especial.

2.6. Todas essas competências e responsabilidades desdobram-se em diversas ações, atividades, exames, censos, análises estatísticas e produtos, dos quais podemos citar: produtos educativos como a TV Escola, programa para os Surdos, programa Conta Pra Mim, aplicativo *Graphogame*, Censo escolar, Catálogo Nacional de Curso Técnicos, Curso ABC, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o Sistema de Seleção Unificada, dentre muitos outros.

2.7. O objeto dessa contratação é a prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão em sinal aberto na multiprogramação do Canal do MEC e da TV INES para todo o território nacional. Incluem-se também os serviços de gestão de redes sociais, *website* e aplicativos desses canais, além de aquisição e produção de conteúdo, coberturas de eventos dentre outros.

2.8. A TV Escola é um canal de televisão que existe desde 1996, produzido desde então pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP e patrocinado pelo MEC. No entanto, por motivos de ordem administrativa, o contrato foi encerrado em dezembro de 2019.

2.9. Recentemente, outro importante e exclusivo instrumento de educação, a TV INES teve seu contrato de produção e exibição encerrado, da mesma forma, por motivos administrativos.

2.10. O Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, único em âmbito federal, ocupa importante papel na educação de surdos. Oferece formação e qualificação de profissionais na área da surdez, por meio de cursos de extensão, capacitação e de educação superior – ensino de graduação nas modalidades presencial e a distância, pós-graduação (*lato e strictu sensu*), pesquisa e extensão.

2.11. Além disso, atua na construção e difusão do conhecimento, por meio de estudos e pesquisas, fóruns, publicações, seminários, congressos e assessorias, em todo o Brasil.

- 2.12. O INES foi criado em meados do século XIX. Em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo esse Instituto recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior, configurando-se numa instituição de referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos.
- 2.13. O INES é reconhecido na estrutura do MEC como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez, exercendo os papéis de subsidiar a formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo.
- 2.14. Além de se caracterizar como uma Instituição que atua na perspectiva da efetivação do direito à educação de crianças, jovens e adultos surdos, o INES produz conhecimento e apoia diretamente os sistemas de ensino para dar suporte às escolas brasileiras que devem oferecer educação de qualidade a esses cidadãos que demandam políticas de ensino que contemplem sua singularidade linguística.
- 2.15. A Empresa Brasil de Comunicação – EBC, é uma empresa pública que possui um conglomerado de mídia no Brasil, tendo sido criada pela Lei nº 11.652, em 8 de abril de 2008, para prestar serviços de radiodifusão pública e gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais.
- 2.16. Trata-se de um órgão da administração indireta federal, sendo vinculada, desde 10 de junho de 2020, ao Ministério das Comunicações. Possui sede em Brasília e regionais em São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Amazonas.
- 2.17. A TV Brasil, uma das divisões da EBC, é uma rede de televisão pública com sede em Brasília e no Rio de Janeiro, contando ainda com uma filial em São Paulo.
- 2.18. A emissora, que conta com 50 afiliadas em 21 estados, pauta sua programação pelo caráter público e educativo, tendo como finalidade complementar de ampliar a oferta de conteúdo audiovisual e oferecer uma programação com abordagem informativa, cultural, artística, científica e cidadã.
- 2.19. A EBC, além de gerenciar as emissoras públicas federais, também é responsável pela formação da Rede Nacional de Comunicação Pública - RNCP.
- 2.20. A RNCP visa estabelecer a cooperação técnica com a iniciativa pública e privada que explore os serviços de radiodifusão pública. Atualmente, a rede conta com 38 emissoras espalhadas por todo o país.
- 2.21. Dentro da política da RNCP, a EBC pode solicitar a qualquer tempo canais para execução de serviços de radiodifusão sonora (rádio FM), de sons e imagens (televisão) e retransmissão de televisão por ela própria ou por seus parceiros. São as chamadas Consignações da União. Atualmente, 13 veículos são operados dessa forma em todo o país.
- 2.22. A EBC possui atualmente 33 afiliadas de TV e 11 de rádio, com presença em 22 capitais brasileiras.
- 2.23. São sete emissoras de rádio: Nacional FM Brasília, Nacional Brasília AM, Nacional Rio AM, Nacional Alto Solimões AM, Nacional da Amazônia, MEC FM Rio, MEC AM Rio, MEC AM Brasília e Nacional Alto Solimões FM.
- 2.24. Ainda, executa serviços de monitoramento e análise de mídia, possui cobertura de satélite em mais de 90% do território brasileiro, com conteúdos acessados por mais de 4.500 emissoras de rádio. Possui aplicativos de rádio AM e FM e mais de 60 milhões de pessoas como audiência.
- 2.25. Com a rescisão de ambos os contratos do MEC e do INES com a ACERP, criou-se um vazio na prestação de um importante serviço gratuito de educação para a população brasileira.
- 2.26. Vale ressaltar um importante aspecto, anteriormente existiam dois contratos de gestão, um para o MEC, que atendia também as instituições vinculadas e outro específico para o INES.
- 2.27. Dentro desta nova perspectiva será celebrado apenas um contrato para atender ao MEC, suas vinculadas e às atividades e programações específicas do INES. Este contrato vai muito além dos produtos e resultados antes oferecidos pelo TV Escola e TV INES.
- 2.28. Considerando os serviços contratados, serão exploradas as plataformas digitais, a difusão por meio das rádios AM e FM, além da realização de programas de entrevista e documentários para ajudar na difusão das informações e no esclarecimento da população com relação aos seus direitos, aos serviços prestados pelo Ministério da Educação, além de informações relevantes e oportunas acerca dos diversos programas, exames, processos de seleção e as políticas capitaneadas por esta Pasta.
- 2.29. Ainda, será prestado apoio na gravação e difusão de eventos, clarificações, prestação de informações nas diversas plataformas de comunicação além da televisão, como *Youtube*, Instagram e rádio.
- 2.30. Entretanto, com um contrato compartilhado, atendendo as demandas anteriores da TV Escola e TV INES e, ainda, ampliando significativamente o horizonte de produtos e serviços, este contrato fica em um patamar de 26 milhões de reais, economia significativa dentro das perspectivas financeiras e administrativas, pois concentra os esforços de demanda e gestão em um único contrato e grupo de prestadores de serviço e de gestores.
- 2.31. Com a atualização tecnológica, advento dos *smartphones* e *tablets*, a introdução da TV digital e a propagação dos serviços de internet no Brasil, os meios de comunicação ganharam um importante reforço na sua forma de propagação, sendo possível gerar diversos novos tipos de conteúdo para o público em geral e os específicos, como, nesse caso, os surdos.
- 2.32. Adicionalmente, a transmissão em canal aberto de televisão permite amplo acesso a seus conteúdos por parte da população em geral e das inúmeras instituições que prestam serviços na educação, tais como as Secretarias Municipais e Estaduais, as Associações de Pais e Mestres, os Centros Comunitários, os Centros de Atendimento aos Surdos e inclusive as escolas privadas.
- 2.33. Devido ao grande alcance da rede de comunicações da EBC será possível proporcionar ainda a divulgação pelas rádios, com a difusão direta e com a possibilidade de baixar aplicativos nas faixas de frequência e amplitude moduladas, respectivamente FM e AM. É importante ressaltar que existem ainda regiões que dependem unicamente das transmissões de rádio e outras que ainda são apegadas e usuárias deste meio de comunicação.
- 2.34. A EBC colocará ainda à disposição as suas equipes técnicas de apoio na gravação e produção de vídeos, programas educativos e documentários, incluindo-se, ainda, a assessoria e serviços de seus profissionais de comunicação em programas de entrevistas para multiplicar a oferta de informações e esclarecimento ao público em geral.
- 2.35. Exames como o ENEM, por exemplo, serão assistidos pelos candidatos e interessados e conterão informações sobre datas, fases e procedimentos a serem seguidos, que servirão de balizamento aos aplicadores, às instituições de ensino interessadas e, ainda, poderão ser beneficiados com aulas sobre as matéria e temas previstos no exame, difundidos por meio das diversas plataformas oferecidas pela EBC.
- 2.36. A divulgação de conteúdos informativos e educativos de forma aberta e gratuita para todo o território nacional contempla uma das finalidades do Ministério da Educação.
- 2.37. Este contrato abre importantes e novos horizontes para o MEC e para a educação do povo brasileiro, com a difusão, comunicação e conexos de programas educativos, atendimento à comunidade de surdos, informações e esclarecimentos prestados com clareza, objetividade e oportunidade, o que permitirá também um melhor posicionamento da própria instituição, contribuindo, assim, para fortalecer a imagem institucional e dos programas e ações, inclusive em momentos de crise.
- 2.38. A contratação da pessoa jurídica para a prestação de serviços de radiodifusão, comunicação e conexos enquadra-se como serviço de caráter contínuo, e será realizada por Dispensa de Licitação com a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, em conformidade com o inciso VI, e § 2º, inciso II do art. 8º da Lei nº 11.652/2008.
- 2.39. Cumpre esclarecer que o Ministério da Educação não dispõe de cargos, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos para atendimento dos referidos serviços, especificamente para as finalidades pretendidas, assim sendo, para preenchimento dessa lacuna e atendimento da demanda torna-se necessária a terceirização do serviço contratado que, por sua vez, encontra respaldo legal do Decreto nº 9.507, de 2018 e na Instrução Normativa SEGE/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.

2.40. A juízo do MEC, mediante autorização prévia e por escrito, poderão ocorrer viagens, nacionais e internacionais, para a produção de conteúdo demandado à EBC. Na hipótese da necessidade de viagem ao exterior, para produção ou cobertura de evento, a EBC poderá prover os meios para viabilizar as viagens, cujo o custo deverá ser reembolsado ou assumido pelo MEC.

2.41. As viagens para a produção ou cobertura são restritas às equipes técnicas e de produção de conteúdo necessário para a execução dos serviços e entrega dos produtos objeto da pretendida contratação.

2.42. Para fins contratuais, o valor total estimado para a execução do objeto deste Contrato contempla o valor estimado destinado à realização de viagens, conforme Item 6 - Outros Serviços, da Tabela de Serviços de Comunicação, Radiodifusão e Conexos - 2021/2022.

2.43. As viagens para a produção podem contemplar as despesas referentes às passagens aéreas, deslocamentos terrestres, aluguel de veículos (com ou sem motorista), transporte de equipamento e diárias.

2.44. Em situações excepcionais em que as equipes necessitem ficar hospedadas em alojamento específico, devido à natureza e necessidade da atividade a ser realizada, poderá ser autorizada a hospedagem passível de reembolso. Nessa situação, só será devido o reembolso de metade da diária.

2.45. Todas as despesas com viagens para a produção serão reembolsadas pelo valor líquido e sem incidência de honorários, mediante apresentação de nota de reembolso, acompanhada de planilha de prestação de contas contendo a descrição pormenorizada dos serviços executados, bem como dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados.

2.46. Os comprovantes para reembolso serão constituídos, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de compra da passagem de menor preço, contendo a cotação do dia de efetuação da compra da passagem;
- b) Comprovação de embarque, devidamente preservados a fim de que sejam comprovadas as suas informações;
- c) Nos casos em que ocorrer hospedagem passível de reembolso, deverá ser apresentado relatório contendo a justificativa e comprovante de pagamento da hospedagem; e
- d) Comprovante de pagamento de outras despesas necessária a execução da viagem para produção.

3. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS

3.1. Para o desenvolvimento dos produtos, a Contratada deverá oferecer ao INES, suporte profissional especializado adequado para exercer todas as funções específicas de um canal de televisão com transmissão de sinal em canal aberto, por web, aplicativos para *smartphones*, *tablets* e televisões conectadas à internet (*smart tvs*) por meio do recurso de espelhamento.

3.2. Todos os produtos deverão ter qualidade técnica profissional e contar com registro nas instituições competentes, quando necessário. Todos os produtos deverão ter os direitos autorais cedidos ao INES e ao MEC.

3.3. Todos os produtos devem estar em plataforma digital.

3.4. A Contratada distribuirá o sinal digital da TV INES em todas as plataformas previstas contratualmente, respeitando as condições de qualidade da Norma 704 – Norma de Formato Padrão de Entrega de Conteúdo Audiovisual em Alta Definição.

3.5. A Contratada realizará monitoração do envio do sinal e de sua recepção.

3.6. Cada produto descrito neste Projeto Básico deverá ser avaliado por um representante indicado pelo INES para o conteúdo da TV INES, e por um representante indicado pelo MEC para o conteúdo do Canal da Educação, antes de sua publicação.

3.7. Para o conteúdo específico da TV INES o representante terá como atribuições: acompanhar e orientar a produção dos roteiros, acompanhar e avaliar a adequação dos sinais utilizados pelos apresentadores e acompanhar e avaliar a tradução para o português escrito para a composição das legendas.

3.8. Em harmonia com a alínea "h" do art. 17 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME, os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais das soluções de TIC sobre os diversos artefatos e produtos desenvolvidos em decorrência da relação contratual (incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados) pertençam à Contratante.

3.9. Em harmonia com o inciso "IV" do art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME, as soluções de TIC desenvolvidas em decorrência da relação contratual sejam integradas à Plataforma de Cidadania Digital, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, quando tiverem por objetivo a oferta digital de serviços públicos. Cumpre observar ainda a responsabilidade de publicação de soluções de aplicativos conforme orientação exarada por aquela Secretaria de Governo Digital.

3.10. Em harmonia com o disposto no item 3.2 do ANEXO I Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME, todas as atividades inerentes ao ciclo de vida de desenvolvimento e manutenção de produtos de *software* devem estar incluídas na métrica de pagamento, se abstendo a Administração do pagamento por atividades já incluídas no escopo dos serviços aferidos pela métrica, como levantamento de requisitos e reuniões, exceto nos casos de interrupção do projeto de software por parte do órgão.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A Contratada realizará as atividades de produção, gestão, preservação e distribuição de conteúdos Educativos e Culturais. O conteúdo a ser distribuído deverá ter as seguintes finalidades: educação e cultura; pesquisa na área de inovação e desenvolvimento de tecnologias educacionais; e formação e capacitação continuada de professores, técnicos e gestores educacionais e culturais.

4.2. A descrição, detalhamento, quantidade e valores dos serviços e demais especificidades estão dispostos **nas tabelas do Item 4.13.**

4.2.1. Todas as atividades relacionadas ao objeto da contratação estão inseridas nas competências institucionais da EBC.

4.3. A Contratada consignará, nos instrumentos que porventura celebrar com terceiros para a produção de conteúdo audiovisual cuja contratação seja demandada no âmbito do Contrato, e nos termos da Planilha de Custos – Encarte "A" deste Projeto Básico, que a Contratante poderá exibi-los ilimitadamente, no todo ou em parte, no Brasil e ou no exterior, durante e após a vigência deste Contrato, se não for disposto nada em contrário.

4.4. A Contratante fica ciente e concorda que a Contratada poderá utilizar bancos de imagens e de trilhas sonoras de terceiros nos serviços contratados e produzidos ao amparo deste Projeto Básico, se for o caso, desde que devidamente autorizada.

4.5. Fica a Contratada autorizada, desde já, a manter cópia de material audiovisual e/ou radiofônico produzido sob a égide deste Contrato, podendo utilizá-lo sempre que for de interesse para a comunicação pública ou estatal, salvo manifestação formal em contrário por parte da Contratante.

4.6. Se for de interesse da Contratante, após ajuste entre as partes, a Contratada poderá distribuir às emissoras de TV ou de Rádio os conteúdos produzidos sob a égide deste Projeto Básico.

4.7. Os conteúdos produzidos que forem distribuídos às emissoras de TV deverão conter o selo da TV do Poder Executivo federal, com vistas a garantir a autenticidade como imagens oficiais.

4.8. As partes ajustam que, com a subscrição deste Contrato, haverá a integração do canal da educação à Rede Nacional de Comunicação Pública, ficando garantida a autonomia do Ministério da Educação na definição da programação.

4.9. O início da execução dos serviços de radiodifusão, programação e distribuição do canal da Educação e TV INES, fica condicionado ao repasse para a EBC os acervos da TV Escola e TV INES, assim como especificado na tabela de serviços abaixo, sendo facultado ao MEC a retransmissão provisória do canal denominado TV escola, sob sua responsabilidade, no canal da multiprogramação da EBC, destinado ao canal da educação, onde os serviços serão cobrados de forma proporcional.

4.10. As demandas para produção de conteúdo poderão ter início de imediatamente, ou seja, a partir da assinatura do contrato, respeitando o prazo mínimo de 3 (três) meses para finalização, visto as etapas necessárias para a conclusão (*briefing*, projeto, aprovação, captação e finalização). Para as demandas de cobertura jornalísticas, cobertura de eventos e reunião ou evento via internet (webnário), as solicitações deverão ocorrer com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, visto a necessidade de organização de equipamentos e profissionais necessários.

4.11. Nos serviços voltados ao Item "4 - Comunicação", já constam inclusos os custos de telecomunicação e infraestrutura de TI, excetuados os áudio e link de internet no local do evento.

4.11.1. Os links dedicados de internet para provimentos dos serviços deverão estar disponíveis no local são de responsabilidade deste Ministério.

4.12. Descrição, detalhamento, quantitativo e valores dos Itens.

DESCRIÇÃO - DETALHAMENTO - QUANTITATIVO - VALORES							
1 - PLATAFORMAS DIGITAIS	DESCRIÇÃO	DEMANDA POR CANAL	QUANTIDADE	TIPOS	PERIODICIDADE	CÓD.	PREÇO UNITÁRIO R\$
GESTÃO DA PRESENÇA DIGITAL EM REDES SOCIAIS (FACEBOOK, TWITTER, INSTAGRAM E YOUTUBE)	Produção/publicação de posts para redes sociais a partir de pauta previamente aprovada e gestão de canal do Youtube com publicações de vídeos.	4 PERFIS DO CANAL DA EDUCAÇÃO (FACEBOOK, TWITTER, INSTAGRAM E YOUTUBE)	8	PERFIL	Conforme demanda	1.1	Não se aplica
	Pacote dos serviços/produtos para atendimento de 8 perfis: - Infográficos estáticos de baixa complexidade - 80 (R\$ 788,98/Und); - Produção de texto para Redes Sociais - 2.400 (R\$ 339,12/Und); - Publicação e taguemento - 2.400 (R\$ 28,69/Und); - Vídeo de baixa complexidade - 49 (R\$ 2.219,25/Und); - Vídeo de média complexidade - 15 (R\$ 2.255,24/Und); - Planejamento de Conteúdos para ambientes digitais - 6 (R\$ 8.484,96); - Planejamento estratégico de comunicação digital - 2 (R\$ 8484,96); - Criação de Persona Virtual - 2 (R\$ 5.998,99); - Criação de Identidade visual digital - 2 (R\$ 20.000,00).	4 PERFIS DO CANAL DA TV INES (FACEBOOK, TWITTER, INSTAGRAM E YOUTUBE)					
PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDO NO WEBSITE E APLICATIVO DO CANAL DA EDUCAÇÃO E DA TV INES	Publicação das produções dos canais no Website.	PUBLICAÇÃO CANAL DA EDUCAÇÃO	1440	PLATAFORMAS	Conforme demanda	1.2	180,41
	As produções e informações dos canais de televisão serão publicadas no website para acesso virtual aos usuários e telespectadores dos conteúdos.	PUBLICAÇÃO TV INES					
	O MEC providenciará meios à EBC para a execução do serviço de publicação de conteúdos no website.	PUBLICAÇÃO CANAL DA EDUCAÇÃO					
	Publicação das produções no Aplicativo	PUBLICAÇÃO TV INES					
TOTAL PLATAFORMA DIGITAIS							
2 - TELEVISÃO ABERTA EM MULTIPROGRAMAÇÃO	DESCRIÇÃO	DEMANDA POR CANAL	QUANTIDADE	TIPOS	PERIODICIDADE	CÓD.	PREÇO UNITÁRIO R\$
TRANSMISSÃO E EXIBIÇÃO EM SINAL ABERTO NA MULTIPROGRAMAÇÃO DO CANAL DO MEC DE ACERVO DE CONTEÚDOS E PRODUÇÕES CONTRATADAS	Exibição, transmissão e distribuição de canal de televisão em sinal aberto, a partir de estrutura própria da EBC, e para antena parabólica digital para todo o território nacional via satélite. Inclui também serviço de legenda oculta e estratégias e escalonamento de programação. O início da execução do serviço de radiodifusão do canal da educação fica condicionado ao repasse dos Acervo da TV Escola e/ou TV INES. Fica facultado ao MEC a retransmissão provisória do canal denominado TV Escola, sob sua responsabilidade, no canal da multiprogramação destinado ao canal da educação, onde os serviços serão cobrados de maneira proporcional (serviço de distribuição de material inteiramente produzido). O faturamento ocorrerá mensalmente.	Transmissão de conteúdos produzidos pelo Canal da Educação e TV INES	1	Canal 24hs	Mensal	2.1	902.774,0
TOTAL TELEVISÃO ABERTA EM MULTIPROGRAMAÇÃO							
3 - PRODUÇÕES DE CONTEÚDO	DESCRIÇÃO	DEMANDA POR CANAL	QUANTIDADE	TIPOS	PERIODICIDADE	CÓD.	PREÇO UNITÁRIO R\$
REVISTA ELETRÔNICA DE INFORMAÇÃO	Programa sobre políticas e educação federal a partir de um modelo jornalístico, com reportagens, entrevistas, e outros quadros televisivos.	DEMANDA TV INES	26	Até 15 minutos	Conforme demanda	3.1	13.843,05
TELEJORNAL	Produção de telejornal com notícias, em estúdio. Inclui notas, notas cobertas, infografias e reportagens.	DEMANDA TV INES	230	Até 5 minutos	Conforme demanda	3.2	4.038,44
PROGRAMETE JORNALÍSTICO	Produção de programete de informação em estúdio e com apresentador	DEMANDA TV INES	52	Cada 3 minutos	Conforme demanda	3.3	1.299,42

	EXEMPLO: https://www.youtube.com/watch?v=JQ2l0syHVyc&list=PLhWY8l8K2BUNF6MYF78245dG5g7pu9bbf						
FLASH JORNALÍSTICO	Flash de jornalista sobre assuntos pautados pela CONTRATANTE, com ou sem entrevistado. EXEMPLO: https://www.youtube.com/watch?v=hS6zvq1KJxw	DEMANDA TV INES	50	Cada período de até 5 minutos	Conforme demanda	3.4	1.764,98
CHAMADAS, PROMOCIONAIS E INTERPROGRAMAS	Produção de chamadas, interprogramas e promocionais para comunicação de conteúdo audiovisual para múltiplas plataformas	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 800 DEMANDA TV INES - 200	1000	Cada 30 segundos	Conforme demanda	3.5	445,29
COBERTURA JORNALÍSTICA	Cobertura jornalística (Meia Diária) A cobertura é composta por jornalista e equipe técnica, que visa o registro jornalístico de determinado evento para composição de matérias e notas para serem exibidas no canal de televisão e/ou disponibilizadas em meio virtual. Agenda previamente acordada, com antecedência de 48hs.	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 46 DEMANDA TV INES - 6	52	Meia Diária	Conforme demanda	3.6	1.376,76
PROGRAMA DE ENTREVISTA	Produção e gravação de programa de entrevista. Pode ter participação de cidadãos e representantes de instituições da sociedade. Em estúdio, inclui a preparação e maquiagem dos entrevistados e, se necessário, estrutura para gravar perguntas da população ou recebê-las via telefone e internet.	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 211 DEMANDA TV INES - 39	250	Até 15 minutos	Conforme demanda	3.7	9.990,72
DOCUMENTÁRIO: TIPO 1	Produção de conteúdo que documente tema específico indicado pela CONTRATANTE. Produção de documentário com um episódio de até 26 minutos para veiculação em emissoras de tv ou internet Formato: Com elaboração de roteiro prévio para definição de ações, personagens e as coberturas necessárias para expor adequadamente o conteúdo determinado pelo cliente. Produção: até cinco diárias de captação Montagem e finalização na casa com até 3 minutos de Arte/Animação 2D e sem trilha sonora original. Produto Final: 01 documentário com até 26 minutos de duração e remontagem em 4 episódios com até 4 minutos de duração para redes sociais. EXTRA: valor extra por até uma diária a mais de gravação e por minutos a mais de arte e animação. Produção será iniciada após aprovação de planejamento e roteiro desenvolvidos pela CONTRATADA. Para a produção fora do Distrito Federal, a CONTRATANTE autorizará previamente a viagem de acordo com a quantidade de profissionais e dias necessários para a produção. EXEMPLO: https://www.youtube.com/watch?v=SUzKPRaPBoY&t=225s	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 26	26	1) Produção: até 5 diárias de captação Produto final: 1 episódio de 26 minutos para TV e remontagem de 4 episódios com até 4 minutos de duração para redes sociais	Conforme demanda	3.8	76.554,64
VARIEDADE - Baixa complexidade	Produção e gravação de programas diversos	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 15 DEMANDA TV INES - 10	25	Até 15 minutos	Conforme demanda	3.9	10.037,18
VARIEDADE - Alta complexidade	Produção e gravação de programas diversos	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 15 DEMANDA TV INES - 10	25	Até 15 minutos	Conforme demanda	3.10	21.784,00
PROGRAMA INFANTIL	Produção e gravação de programa infantil	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 40 DEMANDA TV INES - 10	50	Até 7 minutos	Conforme demanda	3.11	19.201,20
COBERTURA DE EVENTO COMPLETA	Cobertura de cerimônia ou ato, com duração de até 1 hora, com utilização de até 3 (três) câmeras. Exibição compatível com TV e/ou internet. Para a produção fora do Distrito Federal, a CONTRATANTE autorizará previamente a viagem de acordo com a quantidade de profissionais e dias necessários para a produção. Demanda com antecedência de 48hs. EXEMPLO: https://www.youtube.com/watch?v=WaZEHQEnt7g	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 50 DEMANDA TV INES - 6	50	A) Brasília	Conforme demanda	3.12	23.465,11
			2	B) Nacional Região Sul / Sudeste / Centro-oeste	Conforme demanda	3.13	67.127,14
			2	C) Nacional Região Norte	Conforme demanda	3.14	76.024,93
			2	D) Nacional Região Nordeste	Conforme demanda	3.15	72.789,30

TOTAL PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS							
4 - COMUNICAÇÃO	DESCRIÇÃO	DEMANDA POR CANAL	QUANTIDADE	TIPOS	PERIODICIDADE	CÓD.	PREÇO UNITÁRIO R\$
REUNIÃO OU EVENTO VIA INTERNET	Transmissão de reunião, via internet (streaming), com resolução mínima 480p. Com ou sem restrição de acesso simultâneo. Utilizando áudio e link de internet disponíveis no local do evento. Com até duas câmeras.	DEMANDA MEC	144	A) Sala virtual com até 100 participantes	Conforme demanda	4.1	1.656,02
	Cada período de até 30 minutos						
	Demanda com antecedência de 48hs.						
CAPTAÇÃO DE IMAGENS	Captação de imagens sobre tema específico, a partir de briefing preestabelecido, para utilização em vídeos diversos. Não inclui edição.	DEMANDA MEC	12	C) Sem depoimento, por período de 4h	Conforme demanda	4.2	1.372,65
	Para a produção fora do Distrito Federal, a CONTRATANTE autorizará previamente a viagem de acordo com a quantidade de profissionais e dias necessários para a produção.		12	D) Sem depoimento, diária de 8h	Conforme demanda	4.3	2.745,31
TOTAL COMUNICAÇÃO							
5 - AQUISIÇÃO DE CONTEÚDO	DESCRIÇÃO	DEMANDA POR CANAL	QUANTIDADE	TIPOS	PERIODICIDADE	CÓD.	PREÇO UNITÁRIO R\$
AQUISIÇÃO DE CONTEÚDO	Licenciamento ou coprodução de conteúdo nacional e internacional, previamente aprovado pelo MEC, a partir das oportunidades de negócio junto aos produtores independentes e relação com as editorias dos canais. A EBC buscará no mercado os conteúdos necessários e vinculados às diretrizes dos canais, apresentará ao MEC para deliberação. Após aprovação procederá com aquisição e exibição nos canais "Canal da Educação" e "TV INES". As negociações junto às produtoras independentes e vinculadas aos canais de televisão utilizarão, preferencialmente, a tabela especializada da <i>Television Business International</i> (TBI) no que se refere ao valor médio da contratação (Dólar - USD) (anexo II) O faturamento ocorrerá mensalmente a medida das demanda atendidas de Licenciamentos.	DEMANDA CANAL DA EDUCAÇÃO - 639.314,66 DEMANDA TV INES - 360.685,34	verba	variável	Conforme demanda	5.1	Não se aplica
TOTAL AQUISIÇÃO DE CONTEÚDO							
6 - OUTROS SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	DEMANDA POR CANAL	QUANTIDADE	TIPOS	PERIODICIDADE	CÓD.	PREÇO UNITÁRIO R\$
MONITORAÇÃO DE SINAL DE TV	Instalação de 10 televisores e controle da rede interna do INES , que possibilitará o monitoramento do sinal da TV INES ou Canal da Educação. O faturamento será realizado após a instalação e estabelecimento do sinal.	DEMANDA TV INES	Pacote de serviços	Pacote	Anual	6.2	Não se aplica
DISTRIBUIÇÃO, PROGRAMAÇÃO E MONITORAMENTO DE SINAL VIA SATÉLITE	Distribuição da programação da TV INES, em seguimento espacial para recepção por parabólicas digitais e/ou SeAC (Operadoras de TV à Cabo) O início da execução da programação e distribuição do canal da educação fica condicionado ao repasse do Acervo da TV INES.	DEMANDA TV INES	1	24h/DIA	Mensal	6.3	110.530,8
VIAGENS	Pagamento de transporte (aéreo e/ou terrestre) e diárias da equipe técnica para cobertura de eventos, gravações externas para quaisquer de seus programas, bem como pagamento de transporte (aéreo e/ou terrestre) de convidados para participar de gravação de programa. OBS: a verba será utilizada conforme solicitação e autorização do CONTRATANTE. O pagamento será realizado após utilização e mediante comprovação.	DEMANDA TV INES	Verba	Não se aplica	Conforme demanda	6.4	Não se aplica
TOTAL OUTROS SERVIÇOS							
VALOR FIXO							
VALOR DEMANDA							
VALOR TOTAL							

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviços continuados de radiodifusão, comunicação e conexos a serem prestados pela EBC, contratados por meio de Dispensa de Licitação amparado pelo Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 8º, inciso VI, e § 2º, inciso II, da Lei nº 11.652/2008.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A administração declara obediência à IN nº 05/SG/MPDG, DE 2017.

5.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1. O início da execução dos serviços de radiodifusão na multiprogramação fica condicionado ao repasse, por parte da Contratante, dos materiais audiovisuais necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.

6.1.1. As partes ajustam que o conteúdo audiovisual a ser transmitido será entregue pela Contratante, por meio de transferência virtual ou geração por satélite, respeitada as condições de qualidade da Norma 704 – Norma de Formato Padrão de Entrega de Conteúdo Audiovisual em Alta Definição, da Contratada, em Anexo.

6.1.2. Fica facultada ao MEC a retransmissão provisória do canal denominado TV Escola, sob sua responsabilidade, no canal da multiprogramação destinado ao canal da educação.

6.2. Os serviços objeto deste Contrato serão demandados pela Contratante por meio de Ordem de Serviço Encarte "B", na qual constará a indicação da categoria de serviços a ser executada de acordo com a discriminação dos itens previstos na Proposta Comercial, bem como a quantidade a ser demandada.

6.2.1. A Contratante poderá indicar uma ou mais categorias de serviços, bem como demandar um ou mais itens previstos na Proposta Comercial.

6.2.2. Os itens previstos na Proposta Comercial e respectivo quantitativo e prazo de execução, se for o caso, deverão ser definidos por acordo entre as partes, mediante projeto aprovado pela Contratante.

6.3. A prestação dos serviços dar-se-á dentro ou fora do território nacional, conforme preços constantes da Proposta Comercial.

6.3.1. Serviços prestados pela Contratada no âmbito do Distrito Federal não importarão custos com diárias, deslocamentos e/ou passagens para a Contratante.

6.3.2. Para todas as outras localidades, nacionais ou internacionais, em que for demandada a prestação de serviços, a Contratante é responsável pelas despesas com diárias, deslocamentos e/ou passagens, incluindo o despacho aéreo dos equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços.

6.4. Os serviços a serem prestados deverão ser solicitados, pela Contratante, com a antecedência devida, atentando-se para a peculiaridade e complexidade de cada produção, de acordo com o entendimento a ser formalizado entre as partes.

6.4.1. Na fixação da antecedência devida de acordo com o previsto no Item 5.3, a Contratada fixará o prazo mínimo de antecedência para o eventual cancelamento da demanda pela Contratante, respondendo esta pelas despesas comprovadas pela Contratada.

6.4.2. No caso de coberturas e transmissões ao vivo, os prazos mínimos de antecedência são os seguintes:

a) Em Brasília e Distrito Federal: 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do evento;

b) Capitais e interior: 15 (quinze) dias de antecedência do evento, com fornecimento de passagem aérea ou serviço da Força Aérea Brasileira, desde que atendidas as condições e requisitos do Decreto nº 10.267, de 5 de março de 2020, ou deslocamento terrestre, pela Contratante. Em caráter excepcional, a Contratante poderá solicitar viagem em prazo inferior ao estabelecido, desde que a Contratada tenha condições operacionais de atender a demanda; e

c) Exterior: 35 (trinta e cinco) dias de antecedência do evento, com fornecimento de passagem aérea ou serviço da força aérea brasileira, desde que atendidas as condições e requisitos do Decreto nº 10.267, de 5 de março de 2020, ou deslocamento terrestre, pela Contratante. Em caráter excepcional, a Contratante poderá solicitar viagem em prazo inferior ao estabelecido, desde que a Contratada tenha condições operacionais de atender a demanda.

6.5. As partes acordam que a Contratada deverá apresentar, para comprovação dos serviços prestados, Relatório de Produção de Conteúdos e Serviços, que pode ser acompanhado de outras provas.

6.6. A Contratada seguirá, na produção de conteúdo audiovisual, de rádio/áudio e internet, os padrões e especificações acordados com a Contratante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico dar-se-á conforme o disposto no Artigo 73 da Lei nº 8.666/93.

7.2. Nos termos do Item 2.6 do anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, seguem abaixo algumas definições para fins de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.

7.3. Definição dos atores que participarão da gestão do contrato: o contrato será gerido pela Assessoria de Comunicação Social/ACS/GM/MEC.

7.4. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços: serão telefone (*Whatsapp*), *e-mail* ou ainda ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou *e-mail* institucional do MEC e Ordens de Serviços.

7.5. Definição da forma de aferição/testagem ou conferência do serviço para efeito de pagamento e dos demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços, quando couber: fiscalização rotineira, verificação de Relatório de Produção de Conteúdos e Serviços e dos indicadores do Instrumento de Medição do Resultado - IMR.

7.6. O Encarte "E" - Instrumento de Medição de resultado, estabelecerá as faixas de desconto sobre os serviços demandados em cada O.S, de acordo com os seguintes parâmetros:

INDICADOR 1 – Tempo de resposta às solicitações da Contratante	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às demandas da contratante dentro dos prazos especificados.
Meta a cumprir	Atendimento de 100% das ordens de serviço dentro do prazo acordado.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pela equipe de fiscalização designada para o contrato através de registros formais.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta e apontamentos.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 5 ocorrências – Sem descontos; De 6 a 10 ocorrências – Desconto de 0,05% do valor mensal da fatura por ocorrência; A partir de 11 ocorrências – 0,1% do valor mensal do contrato por ocorrência.
Sanções	Em caso de recorrência poderão ser aplicadas as sanções conforme Termo de Referência.
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante dentro dos prazos acordados, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.

INDICADOR 2 – Atendimento das solicitações da contratante	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a qualidade da prestação dos serviços, bem como o nível de satisfação do público usuário

Meta a cumprir	Atendimento de 100% das demandas solicitadas
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pela equipe de fiscalização designada para o contrato através de registros formais.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ordem de serviço não atendidas ou atendidas parcialmente registradas pelo fiscal do contrato.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 5 ocorrências – Sem descontos; De 6 a 10 ocorrências – Desconto de 0,05% do valor mensal da fatura por ocorrência; A partir de 11 ocorrências – 0,1% do valor mensal do contrato por ocorrência.
Sanções	Em caso de recorrência poderão ser aplicadas as sanções conforme Termo de Referência.
Observações	O que se busca com esse indicador garantir o nível de satisfação do público usuário, bem como o atendimento das demandas por parte da contratada.

7.7. Definição do método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo: o método de avaliação da conformidade será realizado de acordo com o determinado neste Projeto Básico, ou seja, aplicação do Instrumento de Medição dos Resultados a partir da fiscalização dos serviços prestados e dos relatórios gerados a partir dessa.

7.8. Definição do procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução: geração de relatórios após a realização da fiscalização dos serviços prestados e atendimento das demandas e obrigações nos prazos estabelecidos neste documento.

7.9. Definição de uma lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, a serem usadas durante a fiscalização do contrato, se for o caso: os aceites provisórios e definitivos serão realizados com base na verificação do atendimento quando da realização do serviço.

7.10. Definição das sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União, previsto no Item Sanções Administrativas deste documento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Além de outras obrigações previstas neste Instrumento, a Contratante compromete-se a:

8.1.1. Prestar as informações necessárias e relevantes, além dos esclarecimentos solicitados pela Contratada, para a boa e regular prestação dos serviços, bem como a documentação técnica referente aos padrões adotados pelo Contratante, se for o caso.

8.1.2. Efetuar o pagamento de acordo com os serviços efetivamente prestados e conforme os itens específicos para faturamento dentro da Proposta Comercial.

8.1.3. Demandar os serviços necessários na forma prevista neste Contrato, indicando, inclusive, em caso de mais de uma demanda, qual a ordem de prioridade para a execução dos serviços.

8.1.4. Comunicar à Contratada, de imediato, quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços objeto deste Contrato para que sejam adotadas as providências cabíveis.

8.1.5. Garantir o acesso dos empregados da Contratada, ou de seus prestadores de serviços, às suas instalações nos horários que forem necessários a realização dos serviços.

8.1.6. Indicar gestor/fiscal para centralizar demandas e acompanhar a gestão do presente Instrumento.

8.1.7. Responsabilizar-se pela exibição do conteúdo audiovisual e/ou radiofônico, inclusive quanto às providências necessárias, em caso de ação judicial ou questionamentos de qualquer natureza, decorrente de reivindicações, demandas, queixas ou representações, bem como de utilização e veiculação indevida.

8.1.8. Entregar os arquivos e/ou mídias dos conteúdos pertencentes ao acervo do Canal da Educação, denominado TV Escola, à Contratada, ou garantir a entrega por meio de disponibilização de acesso à plataforma específica.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além de outras obrigações previstas neste Instrumento, a Contratada compromete-se a:

9.1.1. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

9.1.2. Indicar preposto para centralizar demandas e acompanhar a gestão do Contrato.

9.1.3. Manter sigilo e confidencialidade acerca das informações e dados a que se tiver acesso na execução contratual.

9.1.4. Acatar, se pertinentes e possível, as orientações do gestor/fiscal da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização relativa à execução do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9.1.5. Prestar os serviços de acordo com as etapas, prazos, condições de execução e orientações operacionais para cada atividade, acordados entre as partes.

9.1.6. Comunicar ao gestor/fiscal da Contratante, e por escrito, a constatação de anormalidade, erro e/ou irregularidade observada na execução dos serviços contratados.

9.1.7. Corrigir as falhas verificadas durante a vigência do contrato, após receber comunicação formal da Contratante.

9.1.8. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de seus empregados e prepostos, obrigando-se, também por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento deste Contrato e que tenha dado causa.

9.1.9. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, ou em decorrência deles.

9.1.10. Responsabilizar-se por todos os tributos e demais encargos incidentes sobre a prestação dos serviços objeto desta contratação.

9.1.11. Adotar as providências previstas na legislação pertinente a direitos de autor e conexos relacionados ao conteúdo produzido sob a égide do Contrato, se for o caso.

9.1.12. Providenciar identificação das equipes, técnicas e de jornalismo, e de unidades móveis envolvidas na execução dos serviços, seja por meio de utilização de uniformes ou crachás da Contratada, seja por adesivos nos veículos e materiais de suporte (câmera, guarda-chuva, colete, canopla, etc.), com identidade visual que caracterize a Contratada.

9.1.13. Observar, naquilo que for aplicável ao objeto contratual, o Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. A Contratante designará o gestor/fiscal deste Contrato e o respectivo substituto, para executar a fiscalização e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços, cuja cópia será encaminhada à Contratada objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

11.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

11.3. Cabe ao gestor/fiscal deste Contrato, ou ao seu substituto, a emissão de Ordem de Serviço para atender às demandas da Contratante, bem como as seguintes atribuições:

11.3.1. Avaliar os serviços prestados pela Contratada, com base nos parâmetros estabelecidos.

11.3.2. Notificar a Contratada sobre deficiências e/ou irregularidades encontradas na execução dos serviços ou no descumprimento das obrigações, fixando prazos para correção.

11.3.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências estabelecidas neste Contrato e estabelecer novo prazo para entrega dos serviços.

11.3.4. Analisar e aprovar relatórios de trabalho e atestar as faturas para o devido pagamento.

12. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

12.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

12.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

12.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo trabalho, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços que se fizerem necessários.

12.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais/equipamentos empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

12.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

12.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

12.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

12.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

12.4.3. Comunicar a EBC para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

12.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou de Fatura pela Contratada que deverá conter o detalhamento dos serviços executados e o número do Contrato, considerando que a EBC é uma empresa estatal dependente, na forma do art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101 - LRF e para recebimento será utilizada a Conta Única do Tesouro Nacional com os dados a seguir:

RAZÃO SOCIAL: Empresa Brasil de Comunicação - EBC;

CNPJ nº 09.168.704/0001-42;

Banco do Brasil S/A;

Operação – 001;

AGÊNCIA: Governo Federal Brasília nº 1607-1;

Conta corrente: 170.500-8;

Unidade Gestora: 115406;

Gestão: 20415;

Código de recolhimento para pagamento INTRA-SIAFI: 90050-8.

13.1.1. O pagamento será efetuado **no prazo de até 30 (trinta) dias** a contar da apresentação dos documentos hábeis de cobrança, após a aceitação e atesto do gestor/fiscal responsável, que deverá ser dado em até 5 (cinco) dias.

13.1.2. A Contratante, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigada pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

13.2. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação e/ou pagamento da despesa, ela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras, ficando certo de que, nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.3. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de qualquer forma para isso, o valor devido será atualizado financeiramente, ficando convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (percentual da taxa anual = 6%), assim apurado:

$$I = \left(\frac{TX}{365} \right) \times \left(\frac{6}{100} \right) = \frac{0,00016438}{365}$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

13.4. O pagamento de que trata o item 13.1. está condicionado à comprovação da regularidade, por parte da Contratada, das certidões junto aos órgãos competentes, ou do cadastro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

13.4.1. Constatada a situação de irregularidade, a Contratada será notificada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize a situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa, sob pena de rescisão contratual.

13.4.1.1. O prazo estipulado no subitem 12.4.1. poderá ser prorrogado, a critério da Contratante.

13.5. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Contrato.

13.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14. REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice de Preços ao Consumidor - Amplo – IPC-A do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de uma contratação com ente público para execução de serviços que estão inseridos em suas competências legais.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:

- 16.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida;
- 16.1.5. Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- 16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.7. Fizer declaração falsa;
- 16.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 16.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

16.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

16.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.4. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destaca-se as possíveis aplicações:

16.4.1. Advertência.

16.4.2. Multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela administração; recusa parcial ou total na entrega do material; recusa na conclusão do serviço ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
- f) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

16.4.3. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.

16.5. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante ao art. 7º da Portaria MEC 120/2016, observada a seguinte ordem:

- a) mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
- b) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

16.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte;

16.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa;

16.8. No caso de multa cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente, até a decisão final da defesa prévia e/ou prazo recursal. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito em parte ou no todo pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final;

16.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999;

16.10. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Projeto Básico/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

16.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

16.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

16.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

16.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

16.15. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

16.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. Os recursos necessários ao atendimento das despesas deste Contrato no corrente exercício correrão à conta de recursos alocados no Orçamento Geral da União para os exercícios de 2021 e 2022.

17.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à conta da dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela Lei Orçamentária Anual.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. Visando amenizar possíveis impactos ambientais a Contratada obriga-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

18.2. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

- 18.2.1. Economia de energia;
- 18.2.2. Economia em materiais plásticos descartáveis;
- 18.2.3. Economia de água;
- 18.2.4. Reciclagem de lixo;
- 18.2.5. Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

19. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

- 19.2. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Projeto Básico, mas necessários à execução total dos serviços e a sua perfeita execução, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 19.3. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.
- 19.4. Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Projeto Básico, estando este adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto 3.555/2000.
- 19.5. O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação designada pelo documento Ofício nº 89/2021/GAB/CGLC/SAA-MEC (2588087).

Janaína Péres Pena, SIAPE nº 13734172 – Integrante Requisitante Titular
Soraya Maria de Miranda Lôbo Mendes, SIAPE nº 3128270 – Integrante Requisitante Substituta
Regina Adjuto Boaventura, SIAPE nº 1079858 – Integrante Requisitante Substituta
Esrom Gonçalves Rodrigues, SIAPE nº 1553843 – Integrante Técnico
Luis Fernando Bertol, SIAPE nº 1549011 – Integrante Administrativo

- 19.6. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo este Projeto Básico, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

PAULO BERNARDES HONORIO DE MENDOÇA
Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Regina Adjuto Boaventura, Servidor(a)**, em 29/09/2021, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Esrom Goncalves Rodrigues, Chefe de Divisão**, em 29/09/2021, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Bertol, Chefe de Divisão**, em 29/09/2021, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Péres Pena, Chefe de Assessoria**, em 29/09/2021, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria De Miranda Lobo Mendes, Coordenador(a)**, em 29/09/2021, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Bernardes Honório de Mendonça, Coordenador(a)-Geral**, em 30/09/2021, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2899060** e o código CRC **DB2C3536**.